

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) RICARDO ANTONIO CAZUMBA

AS MISSÕES DE PAZ E OS ATORES MILITARES E HUMANITÁRIOS:

Uma abordagem sob a ótica dos conceitos de *habitus* e *campo*.

Rio de Janeiro

2012

CC(FN) RICARDO ANTONIO CAZUMBA

AS MISSÕES DE PAZ E OS ATORES MILITARES E HUMANITÁRIOS:

Uma abordagem sob a ótica dos conceitos de *habitus* e *campo*.

Monografia apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do Curso de
Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG Alceu Oliveira Castro Jungstedt.

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2012

RESUMO

O presente trabalho pretende discutir como o surgimento das Missões de Paz, e a sua evolução, gerou a necessidade de se estabelecer uma doutrina que orientasse as interações entre atores militares e humanitários. A partir da consulta de fontes primárias, discute ainda em que medida a atuação dos profissionais militares em emergências complexas, particularmente sob a égide das NU, interagindo com Organizações de Assistência Humanitária (OAH), tem ou não provocado mudanças no universo desses atores, e se estes tem sofrido a ação de um processo pedagógico que resulta em uma socialização secundária. Nossa investigação foi orientada pelo método dialético como método de abordagem, e recorreu ao estruturalismo de Pierre Bordieu, particularmente aos seus conceitos de *habitus* e *campo*, na caracterização dos atores militares e humanitários e, no caso dos militares, no entendimento de como se dá a reprodução de suas condições de existência enquanto grupo.

Palavras-Chaves: Missão de Paz, Coordenação Civil-Militar, *habitus*.

SUMÁRIO

| | | |
|---|---|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 4 |
| 2 | A EVOLUÇÃO DAS MISSÕES DE PAZ E O SURGIMENTO DOS CONCEITOS DE ATORES HUMANITÁRIOS E MILITARES | 6 |
| 3 | CAMPO E <i>HABITUS</i>: considerações sobre o pensamento de Bordieu aplicado à realidade militar e humanitária | 12 |
| 4 | COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR: socialização dos atores e constituição de um novo <i>habitus</i>? | 21 |
| 5 | CONCLUSÃO | 35 |
| | REFERÊNCIAS | 39 |

1 INTRODUÇÃO

Após o término da Segunda Grande Guerra (1939-45) e com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), ambos em 1945, os militares passaram a desempenhar um papel antes impensável: o de auxiliar na promoção da paz. Utilizados até então como um instrumento para a defesa dos interesses estatais nos conflitos interestados, os militares foram, então, utilizados ao serviço de uma organização internacional com novo propósito. Não é absurdo supor que essa nova experiência tenha impactado os militares dos Estados que participaram e participam de missões sob a égide das Nações Unidas (NU) ou que tenham operado de forma independente em situação semelhante, ou seja, na solução de conflitos.

Neste sentido, o propósito deste trabalho é o de identificar em que medida a atuação dos profissionais militares em emergências complexas, particularmente sob a égide das NU, interagindo com Organizações de Assistência Humanitária (OAH), tem ou não provocado mudanças no universo desses atores.

Pretende-se, como objetivos específicos, identificar e descrever as principais características que definem os elementos militares e os elementos participantes das OAH, estabelecendo suas diferenças, identificando quais os limites de atuação dos agentes humanitários e militares nas emergências complexas, segundo a doutrina das NU, e discutir como estes agentes interagem e de que forma essa mútua interação afeta a conduta dos dois.

Acreditamos que a realidade histórica, econômica e social condiciona comportamentos, perspectivas e valores dos indivíduos, assim, buscaremos responder se existência de uma nova realidade, onde militares e agentes humanitários operam juntos, condicionaria o comportamento dos dois atores, principalmente os militares e, caso afirmativo, quais os resultados desse condicionamento.

O objeto de nosso estudo são os agentes militares e humanitários que atuam nas respostas às crises humanitárias e as relações entre os mesmos. A abordagem deste objeto teve como orientação o método dialético, tentando identificar contradições inerentes, ações recíprocas e se possível, caso existam, as sínteses resultantes das interações e contradições identificadas. Como método de procedimento, fizemos uso do método histórico, por entender ser necessário recorrer ao passado para compreender a atual participação de efetivos militares em missões conduzidas por um organismo criado para promover a paz. Também buscamos auxílio no método estruturalista, mais particularmente no estruturalismo de Pierre Bordieu e seus conceitos *habitus* e *campo* para identificar as características dos atores, como estas se constituem e compreender o espaço em que ocorre as suas interações.

Nosso trabalho foi estruturado segundo a seguinte forma de apresentação, além da introdução, uma primeira parte onde relatamos e esboçamos, de forma bem sintética, as mudanças ocorridas nas missões de paz, desde seu surgimento, como tentativa de solução de crises humanitárias, e como novos conceitos surgiram para atender a demanda dessa nova realidade. Uma segunda parte, onde recorreremos ao pensamento de Bordieu, tentamos caracterizar “agentes humanitários” e “militares”, e apresentar, particularmente, como é construído o *habitus* militar e como este se reproduz. Em uma terceira parte, tomando por base a Doutrina das NU sobre a Coordenação Civil-Militar e seus conceitos, analisamos as práticas das tropas brasileiras na missão de paz no Haiti, e tentamos realizar uma comparação dessas práticas com o preconizado na referida doutrina. Em nossa análise dessas práticas, fizemos uso de documentos que expressam a perspectiva oficial do Corpo de Fuzileiros Navais Brasileiro, integrante do componente militar desde 2004, sobre sua própria atuação na missão. Tentaremos apresentar como a comunidade humanitária percebe essa atuação, que aparenta ser uma tendência. Finalizando, uma conclusão.

2 A EVOLUÇÃO DAS MISSÕES DE PAZ E O SURGIMENTO DOS CONCEITOS DE ATORES HUMANITÁRIOS E MILITARES

A necessidade de distinguir atores humanitários e militares e pensar suas relações surgiu como consequência natural do incremento, após o período conhecido como Guerra Fria (1945-1991)¹, da participação dos últimos em Operações de Não-Guerra sob os auspícios, ou não, das NU.

Originalmente, forças militares e organizações com objetivos humanitários sempre dividiram espaço. Indivíduos e instituições, religiosas ou laicas, sempre atuaram na busca pelo alívio do sofrimento² provocado por desastres naturais ou conflitos. No contexto dos conflitos, a distinção entre militares e não-militares se dava sob a perspectiva das leis humanitárias internacionais, basicamente na distinção entre combatentes e não-combatentes, com ênfase na proteção destes últimos. Esta perspectiva se manteve inalterada mesmo com o surgimento da Liga das Nações (1919) e com as NU e suas primeiras operações.

A estreia das Operações de Paz ocorreu em 1948, com a *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO), quando foram enviados militares para o Oriente Médio com o objetivo de monitorar o armistício entre os países árabes e Israel. Até os anos 90, basicamente, os militares eram utilizados para monitorar cessar-fogos, acordos de paz limitados e realizar patrulhamentos em regiões de fronteira ou áreas desmilitarizadas (ONU, 2012)³, sendo poucas as interações com organismos civis. Essa realidade não exigia uma distinção diferente da perspectiva em vigor nos conflitos interestatais que identificava apenas combatentes e não-combatentes. O ambiente criado pela Guerra Fria dificultava a aprovação de novos e diferentes mandatos, impossibilitando o desenvolvimento das Missões de Paz

¹ A expressão Guerra Fria, propriamente, foi usada pela primeira vez por Bernard Baruch, durante os debates em 1947. Considera-se que a situação que o termo caracteriza emerge com o término da Segunda Guerra em 1945.

² Como exemplo significativo dessas instituições laicas ou religiosas, podemos citar a CICV (Cruz Vermelha Internacional) e a Ordem dos Cavaleiros de Malta, originária da Ordem Militar dos Hospitais de São João de Deus.

³ <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-paz>.

como instrumento de solução de crises. As Operações de Paz de primeira geração⁴, como ficaram conhecidas essas atuações extremamente limitadas das NU, viriam a sofrer grandes mudanças nos anos 90.

Em 1995, o Secretário Geral Koffi Annã, no documento intitulado *Supplement to an agenda for Peace : Position paper of the Secretary General on the occasion of the fiftieth anniversary of the United Nations*, reconheceu a ocorrência de profundas mudanças no volume e na natureza das atividades promovidas pelas NU em prol da paz e da segurança. Nasciam as operações de segunda geração. No parágrafo 34 do documento, destaca-se três novos aspectos, percebíveis nos novos mandatos, que foram determinantes para as NU passassem a dar menor importância ao consentimento pelas partes envolvidas como fator determinante para o desencadeamento de *Peace Keeping Operations* (Operações de Manutenção da Paz), mais especificamente, a necessidade de proteger Operações Humanitárias durante conflitos, prover segurança a populações em áreas seguras designadas e promover a reconciliação nacional em velocidade maior do que os Estados ou outros contentores estariam dispostos.

Como compreender esta mudança? Com o término da Guerra Fria, conflitos considerados superados (resultantes de diferenças étnicas e religiosas) contidos pelo bipolarismo político, militar e econômico, eclodiram. Dos vinte e cinco conflitos ocorridos em 1996, todos eram de natureza intraestatal e motivados por rivalidades étnicas ou de facções obrigadas a viver juntas pela moldura coercitiva dos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos da América (EUA) e da ex-União das Repúblicas Soviéticas (URSS) (LA MAISONNEUVE.1998, 175-176).

⁴ Como missões de primeira geração foram denominadas as respostas das Nações Unidas às emergências complexas decorrentes de conflitos entre Estados. As ações se limitavam a enviar contingentes armados, com pequeno poder de combate, e civis para monitorar cessar-fogo, patrulhar zonas de exclusão, acompanhar negociações, tréguas e armistícios. As de segunda geração foram chamadas de missões multidimensionais não-coercitiva, com o foco na prestação da ajuda humanitária, vigilância da situação dos direitos humanos, supervisão de processos eleitorais, restauração de infraestrutura e reconstrução do país. As de terceira geração ocorrem sob a égide do capítulo VII, e relativizam o conceito de soberania dos Estados. Nestas últimas, os conflitos são fundamentalmente intraestatais (BIGATÃO 2007, 6-11).

No entanto, o término da Guerra Fria não formou sozinho o quadro que condicionou a nova postura das NU. As ações fracassadas da comunidade internacional em Ruanda, em 1994 (mais tarde no Kosovo, em 1999), fomentaram pressões para que as NU mudassem sua postura, adquirissem uma nova perspectiva das Operações de Paz e agissem de forma mais efetiva na prevenção das crises humanitárias.

No Relatório do Secretário Geral - Prevenção dos Conflitos Armados (2002), constata-se que, nos estudos realizados previamente pela ONU e pela Organização da Unidade Africana (OUA), foram detectadas evidências do genocídio evitável em Ruanda e que o emprego de um efetivo de 5.000 homens teria sido suficiente para travar o massacre em planejamento. Os números financeiros apontados também são significativos. Segundo a Comissão *Carnegie* (citada no mesmo documento), os custos de uma operação com os referidos efetivos teria sido de 500 milhões de dólares anuais e as medidas de prevenção 1.300 milhões de dólares contra os significativos 4.500 milhões de dólares gastos nas atividades de assistência humanitária pós-genocídio.

Como visto, no passado, nos conflitos, ou mais precisamente, nas Emergências Complexas⁵, a distinção entre militares e não-militares fundava-se sobre a perspectiva das leis humanitárias Internacionais, basicamente na distinção entre combatentes e não-combatentes, com ênfase na proteção destes últimos. Contudo, o surgimento de uma nova realidade, onde predominavam operações de caráter multidimensional, envolvendo tarefas de cunho político, militar e humanitário, exigia o melhor entendimento dos papéis de elementos civis e militares, a definição de seus campos de atuação e o estabelecimento de uma doutrina que orientasse o trabalho de todos de forma harmônica, evitando interferências mútuas. Estas necessidades se tornaram cada vez maiores, principalmente quando as NU passaram a realizar missões sob a

⁵ As Emergências Complexas são definidas pelo IASC (*Inter-Agency Standing Committee*) como uma crise humanitária em um país, região ou sociedade, ocorrendo uma total ou considerável quebra da autoridade, fruto de um conflito interno ou externo, e que exige uma resposta internacional que vai além de um mandato ou da capacidade de ação de uma agência singular ou programa nacional permanente das Nações Unidas.

égide do Capítulo VII⁶ da carta das Nações Unidas. Estas últimas missões, consideradas de terceira geração, relativizaram o conceito de soberania dos Estados aceitando como legítimo a implementação de Operações de Imposição da Paz sob a égide do Capítulo VII.

Fruto destas preocupações, *papers* e diretrizes foram publicadas com o objetivo de difundir uma doutrina sobre as relações civil-militar⁷. Dentre estes, *The IASC Reference Paper on Civil-Military Relationship in Complex Emergencies*, publicado em 2004, compreende um dos mais significativos, na medida em que complementou e consolidou aspectos da doutrina em elaboração, já contidos em documentos anteriores como *Guidelines on the Support United Nations Humanitarian Activities in Complex Emergencies* de 2003.

The IASC Reference Paper, de modo geral, realiza um esforço de conceituação dos principais termos referentes a Coordenação Civil-Militar, procura caracterizar a nova realidade estabelecida com o novo formato de ação da NU, onde civis e militares dividem um mesmo e novo espaço decorrente da erosão da separação entre o espaço humanitário e o espaço militar e interação, podendo muitas vezes, provocar interferências mútuas capazes de sacrificar os objetivos particulares de cada parte. Nesse sentido, fornece orientações sobre quando e onde coordenar com militares na perseguição dos objetivos humanitários.

A atenta observação do seu conteúdo permite perceber que a antiga distinção entre combatentes e não-combatentes, apesar de ainda utilizada, foi superada por novos conceitos: os de Atores Humanitários e Atores Militares. Segundo o IASC, entende-se por Ator Humanitário elementos civis, nacionais ou internacionais, pertencentes ou não aos quadros das NU, ligados ao governo ou integrantes de instituições compromissadas com a assistência

⁶ Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, nos artigos 39 ao 51, reconhece que o Conselho de Segurança determinará as situações em que ocorre uma ameaça a segurança internacional e admite o emprego da força militar como instrumento de reestabelecimento da paz. Ver : <http://www.un.org/spanish/Depts/dpi/portugues/charter/chapter7.htm>

⁷ Em 1994, antes dos documentos do IASC, são publicadas as “*Oslo GuideLines*,” já havia tratado do emprego de recursos militares em desastres.

humanitária, que são compromissados com os princípios humanitários e engajados com atividades humanitárias (Inter-Agency Standing Committee, 2004, p. 11).

Em contraposição, define-se Ator Militar como os componentes de forças militares oficiais, de Estados ou Regionais/Inter-governamentais, que se encontram submetidos a uma cadeia de comando hierárquica, estando armados ou desarmados. O conceito abrange um amplo espectro de elementos, como membros de forças locais ou nacionais, forças multinacionais, tropas de Missões de Paz sob a égide da ONU, observadores militares internacionais, forças de ocupação, tropas regionais e outras tropas oficiais organizadas (Inter-Agency Standing Committee, 2004, p.11).

Evidencia-se o reconhecimento de dois tipos de atores, orientados por dois conjuntos distintos de valores, e não mais pelo fato de se estar ou não portando uma arma, condição que definia o pertencimento de um indivíduo ao grupo de combatentes ou não-combatentes. Cabe lembrar que os Observadores Militares (MILOB) e Oficiais de Ligação (*Military Liason Officers – MLO*) não portam armas no desempenho das suas atividades, são não-combatentes, mas representam valores distintos dos civis e dos atores humanitários.

Outro conceito importante e necessário na realidade das missões de segunda e terceira geração, consolidado pelo documento, foi o termo Coordenação Civil-Militar⁸ (CIMIC), entendido como “o dialogo essencial e a interação entre atores civis militares em emergências humanitárias em que é necessário proteger e promover os princípios humanitários, evitar competição, minimizar inconsistências, e quando apropriado, perseguir objetivos comuns” (tradução nossa).

Para o IASC, as estratégias básicas para a obtenção da Coordenação Civil-Militar podem variar da coexistência à cooperação. Dependendo da situação em que a Missão esteja

⁸ Cabe destacar que o conceito não é o mesmo para todas as instituições que interagem no espaço de uma Emergência Complexa, sendo este o conceito adotado pelas NU; as forças dos EUA não utilizam o termo CIMIC, mas *Civil Affairs* (CA), as Canadenses utilizam o termo Cooperação Civil-Militar, o qual já incorpora na denominação diferença fundamental em relação à perspectiva das NU, já que esta considera que, nem sempre a cooperação é possível.

inserida, as condições de cooperação entre os dois atores será mais efetiva quanto mais a situação de crise humanitária se aproximar de uma realidade de paz. Por outro lado, à coexistência será necessária quanto mais a realidade de crise se aproximar de uma situação de combate. Reconhece, contudo, ser necessário manter uma clara distinção, em qualquer circunstância, entre os papéis dos atores militares e humanitários, distinguindo suas respectivas esferas de competência e responsabilidade.

O pensamento dominante nas NU sobre a relação civil e militar reconhece a existência de espaços distintos de atuação de cada ator, e entende que a invasão do espaço humanitário⁹ tem como consequência o comprometimento dos princípios de humanidade, neutralidade, imparcialidade. Espera-se que a ação militar tenha uma duração finita, assim que possível substituída em intensidade por outras operações não-militares (de cunho policial, por exemplo, que atuam no treinamento dos policiais nacionais da região em crise). Não se deve perder de dimensão que, os atores humanitários permanecerão no terreno após a saída dos contingentes militares, “colhendo” os efeitos negativos que uma invasão do espaço humanitário poderá acarretar.

Como seria possível construir as condições ótimas de Coordenação Civil-Militar evitando-se os efeitos colaterais supracitados? A chave para tal questão seria a “ligação” (*liaison*) e o treinamento comum. O treinamento compreenderia o caminho para tornar os dois atores conscientes do “universo” a que pertence o outro, entendendo sua atuação, os limites desta e tomar consciência de seus respectivos espaços.

Após termos recuperado rapidamente a história da evolução das Operações de Paz, e identificarmos que a necessidade de uma nova distinção de atores era necessária, recorreremos a dois conceitos teóricos fundamentais para a construção de uma possível resposta à questão que motivou este trabalho: os conceitos de *habitus e campo*.

⁹ Para uma maior entendimento do conceito de “espaço humanitário”, ver o parágrafo 3 do paper “*Guidelines on the Use of Military and Civil Defence Assets to Support United Nations Humanitarian Activities in Complex Emergencies*” de março de 2003.

3 CAMPO E HABITUS: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PENSAMENTO DE BORDIEU APLICADO À REALIDADE MILITAR E HUMANITÁRIA.

Para nos auxiliar na caracterização dos elementos “atores humanitários” e “atores militares”, identificando e distinguindo suas práticas, faremos uso dos conceitos *campo* e *habitus* que fazem parte do pensamento sociológico de Pierre Bordieu.

O universo teórico de Bordieu buscou explicar as relações indivíduo/sociedade rompendo com as visões objetivista e fenomenológica (subjativista para Bordieu) reinantes na sociologia. Segundo Bordieu, tanto a visão objetivista, (onde a realidade social é vista como transcendente aos indivíduos, possuindo lógica e leis próprias), e a fenomenológica, (uma resposta à primeira, invertendo a perspectiva e percebendo a ação do sujeito sobre a realidade social e a construindo), ignoram a relação dialética entre sujeito e objeto, não compreendem a complexidade das relações dinâmicas entre indivíduos e sociedade (MARTINS, 1987, p. 37). Os conceitos *habitus* e *campo*, criados em momentos distintos, foram desenvolvidos buscando dar conta da realidade social, entendida por meio de uma visão praxiológica¹⁰, onde sujeito (indivíduos, grupos ou classes) e objeto (a sociedade) interagem de forma complexa em um processo construção interativa e dinâmica.

Na lógica desenvolvida por Bordieu, as relações dinâmicas entre indivíduos e a sociedade se dá por meio do que ele denominou *habitus*. *O habitus* compreenderia exterioridades interiorizadas por um indivíduo de acordo com sua trajetória sociohistórica (ALMEIDA, 2005, pp.141-143). Compreenderia maneiras de entender e perceber o mundo, adquiridas através de experiências significantes ao longo da vida. As experiências mentais,

¹⁰ O termo práxis tem sua origem no pensamento filosófico grego com Aristóteles, como uma das três atividades básicas da atividade humana (a teoria e a *poiesis* seriam as duas outras). Ao longo da história da filosofia, o termo foi abordado por pensadores como Kant, Hegel, Marx, Lukács, Marcuse e tantos outros. Em nosso trabalho, entre os múltiplos entendimentos do que seria práxis, optamos por considerar o manifestado pelo jovem Marx (2006), em sua obra *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, onde a expressão é entendida, de uma forma geral, como a atividade humana livre, criativa e autocriativa, pela qual os seres humanos produzem e transformam a realidade social e histórica e a si mesmos.

que são a interiorização do exterior, ou seja, das experiências nas estruturas sociais em que vivemos, irão atualizar as últimas por meio de nossas práticas cotidianas. Em suma, uma relação dialética que pode ser sintetizada em: interiorizar o exterior e exteriorizar o interior.

Segundo Bonenewitz (2003), o *habitus* é constituído por dois elementos: *hexis* e *ethos*. O *ethos*, compreenderia a realidade social interiorizada que orienta as atitudes e os comportamentos de um determinado sujeito, quanto ao *hexis*, manifesta-se pela linguagem e postura corporal. Em uma determinada realidade social, *hexis* e *ethos* revelam a que grupo ou classes sociais os indivíduos pertencem. Exemplificando, *hexis* e *ethos* possibilitam um fato comum e empiricamente constatável: que militares que não se conhecem, que desconhecem suas condições profissionais, ao se encontrarem em outros espaços sociais, se identifiquem como militares apenas pela observação dos gestos, comportamentos e a linguagem utilizada.

O *habitus* é construído ao longo de nossa vida por intermédio de um processo que chamamos de socialização. O homem é um ser social, mas na sua inserção em uma dada sociedade e grupo social, mais especificamente, em um determinado “local” na estrutura social é que ocorrerá a socialização, a qual produzirá um sentimento coletivo de pertencimento a um grupo, de solidariedade. Esta integração, entre indivíduo e estrutura social, se daria, ao longo da vida, em dois momentos. Ao nascermos, interagimos com o grupo familiar, onde temos acesso à língua e a todo um universo simbólico, com as características específicas desta família¹¹. Chamamos esse primeiro contato com a sociedade de “*socialização primária*”. Esta *socialização* inicial é responsável pela construção de um *habitus* também primário, sobre o qual novas referências serão adquiridas, na medida em o indivíduo passa a participar de outros grupos da estrutura social (escola, igreja, trabalho), ocorrendo, então, uma *socialização secundária*. Durante a *socialização secundária*, novos

¹¹ Uma família nordestina e outra da região sudeste apresentará dialetos específicos, assim como um universo simbólico específico; a posição de classe também condicionará a língua e o universo simbólico.

elementos irão superpor ao *habitus* primário, como camadas, transformando-o em algo novo (ROSA & BRITO, 2010, pp. 196-198).

Quanto ao segundo conceito de Bordieu, o de *campo*, torna-se de claro entendimento, na medida em que compreendamos o conceito de *habitus*. Como vimos, o *habitus* é construído na medida em que os indivíduos, ao longo de uma duração histórica, se inserem em grupos, em espaços específicos, pertencentes a uma dada estrutura social. É esses espaços, onde encontramos indivíduos com o mesmo *habitus* adquirido exercendo-o e reforçando-o, ou utilizando a terminologia de Bordieu, reproduzindo as condições de existência, chamamos de *campo*. Conclui-se que são nos processos de socialização ocorridos ao longo de uma vida, nos diversos campos, que se constituem os *habitus* dos indivíduos.

No tocante à realidade militar, devemos destacar que o processo de socialização secundária ocorre, particularmente, de forma muito mais intensa nos espaços compreendidos por *instituições totais*. Todas as instituições absorvem parte do tempo de seus participantes e tendem ao fechamento¹². Devemos observar, contudo, que algumas possuem uma tendência maior a se encerrarem em si mesmas, tornando a experiência de seus participantes muito mais intensa, sendo este o caso das chamadas *instituições totais*. São exemplos de instituições totais os presídios, manicômios, sanatórios (para tuberculosos), conventos e mosteiros e, os quartéis e escolas militares (GOFFMAN, 1974, pp. 17-19). Este fechamento, particularmente no *campo* militar, tornasse necessário devido a uma característica intrínseca da socialização primária: sua resistência diante das novas camadas do *habitus* interiorizados nos processos de socialização secundários.

Os indivíduos não nascem guerreiros, são transformados em guerreiros:

¹² Entende-se por tendência ao fechamento as diversas barreiras criadas pelas instituições que dificultam o relacionamento de seus membros com indivíduos estranhos ao grupo. Essas barreiras podem compreender normas e, muitas vezes, assumem a forma de barreiras físicas, como grades e portas. As barreiras físicas assumem maior importância nas instituições totais.

Os defensores de um instinto guerreiro também devem admitir que, mesmo quando os homens, voluntariamente ou não, se alistam para a guerra, lutar não é algo “natural”. Na verdade, por estranho que pareça mesmo no meio de uma batalha poucos homens conseguem mirar suas armas diretamente no inimigo. (...) É preciso haver uma transformação: o homem ou o rapaz abandona seu antigo comportamento e torna-se completamente diferente, chegando até a assumir um novo nome (EHRENREICH, 2000, p. 16).

Como nos chama a atenção Barbara Ehrenreich (2000), foi na Europa do século XVII que a transformação do homem em soldado ocorreu de forma planejada e sistemática. Conclui-se que, como ainda ocorre hoje, os recrutas (os que ainda não se libertaram da “pele” de paisanos) são submetidos a treinamentos intensos, em grupo, até que abandonem suas identidades anteriores e ressurgam como membros de uma estrutura militar.

Retomando nosso pensamento, se os indivíduos, em virtude do seu *habitus primário*, resiste às camadas secundárias que lhe são impostas, operar uma transformação radical, como a transformação em soldado, tem que ocorrer em uma instituição com extrema característica de fechamento, que consuma parte considerável do tempo do indivíduo, submetendo-o a uma ação pedagógica radical que provoque uma transformação total, principalmente no universo simbólico do indivíduo. Podemos dizer que essa ação pedagógica provoca uma *alternação* (fenômeno em que o indivíduo muda efetivamente de mundos), “mata” o civil, ao fazer nascer o militar (BERGER & LUCKMAN, 1996, p. 207).

Nesse processo radical de transformação, o controle do corpo, por meio de uma pedagogia corporal, assume grande importância. Parafraseando Bordieu (2004), instituições totais, como Igrejas, Partidos e as Forças Armadas, reconhecem a importância das disciplinas corporais, pois estas conseguem fazer com que o corpo admita mesmo quando o espírito diz não. Talvez seja, inconscientemente ou não, que nas estruturas militares nos refiramos genericamente à ação pedagógica que desenvolvemos como “adestramento”, termo comumente empregado ao treinamento de cavalos e animais em geral¹³.

¹³ No Dicionário UNESP do Português Contemporâneo, organizado por Francisco S. Borba, no verbete adestramento o termo é apresentado como sinônimo de amestrar e como atividade de treinar animais.

No campo militar, o corpo assume grande importância e este processo pedagógico corporal não se encerra apenas nos núcleos de formação. Posteriormente, precisa ser constantemente reafirmado, tamanho a violência da transformação operada. A manutenção do *habitus secundário* adquirido é garantida graças a uma ação pedagógica constante, exercida sob a forma de treinamentos e cerimônias e, no caso brasileiro especificamente, nos isolamentos impostos aos militares que vivem, juntamente com suas famílias, fora de sede¹⁴.

O processo de reafirmação do *habitus* adquirido é condicionado por dois elementos, considerados pelos militares “pilares” da caserna: a hierarquia e a disciplina. A primeira, definindo os parâmetros sobre as relações de poder, de mando e obediência, enquanto a segunda, atuando como cimento da primeira, garantindo todo o arcabouço legal e legítimo que garante a hierarquia (ROSA & BRITO, 2010, pp. 196-198).

Assim, entendemos que existe um *habitus* militar ocidental, tributário de uma experiência histórica que remonta aos séculos XVII, mas que assumiu a forma contemporânea na Prússia do século XIX. Este *habitus* militar é fruto de uma transformação radical ocorrida durante uma ação pedagógica corporal nas escolas de formação e reafirmada diariamente nos aquartelamentos por meio dos adestramentos constantes e dos rituais que reforçam o universo simbólico militar. Este *habitus* incorpora valores como hierarquia e disciplina, necessários às atividades desempenhadas pelos indivíduos participantes do *campo* militar, atividades estas, a nosso ver, que tem um único objetivo, condenável aos olhos da cultura ocidental: matar outros seres humanos.

Deve-se perceber que matar é o que define o soldado. Executores da violência extremada, ou administradores desta violência, de acordo com o posto ou graduação, soldados (aqui empregado como sinônimo de militar) devem ser instrumentos de violência. A guerra faz parte do universo militar e guerra é violência extrema. Entende-se que essa violência

¹⁴ Referimo-nos ao viver em vilas militares, que intensifica a experiência de reafirmação do *habitus* adquirido.

exercida por um indivíduo contra o outro, assume a roupagem de impessoalidade. O “outro” é o inimigo do Estado. Mata-se em nome do Estado. Não são indivíduos buscando eliminar indivíduos no campo de batalha, são soldados de um determinado Estado, em nome do Estado, e em defesa do mesmo, destruindo inimigos.

Compreendidos os aspectos específicos do *habitus* e *campo* militares, percebemos o particularismo dos mesmos e a necessidade de esforço intenso para a manutenção do primeiro, particularmente se considerarmos que em uma estrutura social determinada os indivíduos “soldados” atuam dentro de outros campos, recebendo influências todo o tempo.

Um aspecto do juramento dos indivíduos militares, de uma forma geral, independente do espaço ou do tempo, caracteriza bem a especificidade do *habitus* militar, por ser um elemento único: o juramento de dar a vida em defesa da pátria (Estado, constituição ou partido). Dar a vida, mais do que o corpo, é a caracterização máxima do *habitus* militar.

O que pode ser dito sobre os indivíduos que atuam nas instituições que prestam assistência humanitária, particularmente atuando nas emergências complexas? Podemos identificar um *habitus* particular aos atores humanitários? Antes de tecermos considerações específicas à questão, cabe destacar que, ao utilizarmos os termos atores humanitários, fazemos referência a uma gama bastante diversificada de instituições não-governamentais, que passaremos a denominar OAH, as quais atuam realizando ações de cunho humanitário em emergências complexas, com algum tipo de cooperação com as NU, ou atuando de forma independente.

A diversidade não é exclusividade das OAH, também é presente no universo dos atores militares, na medida em que indivíduos provenientes de diferentes forças militares, dos diversos Estados, apresentam peculiaridades afetas aos particularismos culturais. Entretanto, esta diversidade não compromete a existência de uma uniformidade, na medida em que as diversas instituições militares mundiais são tributárias de uma tradição ocidental militar

comum, o que nos permite falar e em um *habitus* militar. Nas agências humanitárias, contudo, esta diversidade é mais intensa e marcante. Propósitos e objetivos distintos, trajetórias históricas particulares, modos de operação e procedimentos específicos, tornam a tarefa de identificar similaridades entre essas instituições uma tarefa mais difícil. Como pensar a existência de um *habitus* comum partilhado por componentes de instituições diferentes entre si como, por exemplo, a Cruz Vermelha Internacional (CICV), Médicos Sem Fronteira (MSF), Save the Children e outros?

Conforme visto anteriormente, o processo de construção do *habitus* compreende a interiorização do exterior e a exteriorização do interior, atuando o processo de exteriorização para reproduzir a condições sociais de existência. As realidades específicas das diversas OAH promovem processos de interiorização específicos, mais ou menos marcantes, dependendo das instituições. Apesar das particularidades existentes, podem-se identificar valores e princípios comuns marcantes do *ethos* e *hexis* dos indivíduos das diferentes OAH, mais especificamente, os princípios da Humanidade, Neutralidade e Imparcialidade, que fazem parte do código de conduta do CICV, código este ao qual as OAH aderiram com maior ou menor intensidade(CAVALCANTI [s.d]). Estes mesmos princípios são compartilhados pelas NU e reconhecidos pela resolução 46/182 de 19 de dezembro de 1991 da Assembleia Geral, como valores que devem nortear as ações humanitárias (Inter-Agency Standing Committee, 2004, pp. 15-18).

O princípio da Humanidade, segundo a Comissão Europeia para Ajuda Humanitária (2008?) compreende a busca por combater o sofrimento humano onde quer que se encontre. Para a Comissão, a Neutralidade atenta para o aspecto que a ajuda humanitária deve ser prestada a qualquer um que a necessite, não favorecendo partes em conflito ou litígio, quanto a imparcialidade, destaca que este auxílio deve ser orientado pela necessidade e por mais nenhum outro aspecto, não o sendo permitido nenhuma forma de discriminação.

O princípio da Humanidade é tributário de três tradições distintas, uma originária dos Estados beligerantes que acordavam procedimentos buscando mitigar o sofrimento provocado pelas ações de guerra, outra nascente das práticas privadas de prestação da caridade, estando esta muito ligada às atuais OAH e, cabendo o destaque, à originada com o trabalho de Henri Dunant que conduziu à criação do CICV (WALKER, 2004, p. 1).

Atualmente estas três tradições se mesclaram de tal forma que são indistinguíveis. Graças ao trabalho realizado pelo CICV, o princípio da humanidade extrapolou o universo da ação dos que buscavam amenizar o sofrimento humano e passou, também a orientar e condicionar a ação militar, fazendo parte integrante do universo simbólico dos atores militares consubstanciado no Direito Internacional Humanitário (DIH).

Aos princípios da Humanidade, Imparcialidade e Neutralidade, que integram o *habitus* dos atores humanitários, pode-se adicionar o princípio da Independência, que representa a autonomia dos objetivos humanitários, nunca alinhados ou sujeitos a qualquer tipo de influência de cunho político, militar ou econômico (Inter-Agency Standing Committee 2004, 18). O mesmo pode ser dito do princípio do Voluntariado, estando este último intimamente ligado ao princípio da Humanidade, já que indivíduos motivados apenas pelo desejo de diminuir o sofrimento alheio se engajam em ações sem a contrapartida de uma remuneração. Quanto ao princípio do voluntariado, apesar de muitas das OAH, mais especificamente as ONG, possuírem pessoal que exercem atividades profissionalizadas, muito da força de trabalho humanitário se baseia no trabalho voluntário, particularmente¹⁵.

Completando a caracterização do *habitus* humanitário e contribuindo para definição do campo humanitário, ao contrário das instituições militares, onde a hierarquia possui papel fundamental, nas OAH a organização é marcada pela horizontalidade e permeabilidade (Executive Office of the Secretary-General, 2004, p.1). Dissensões e opiniões

¹⁵ Ver NATO CIVIL-MILITARY CO-OPERATION (CIMIC) DOCTRINE. Disponível em : <<http://www.nato.int/ims/docu/ajp-9.pdf>> Acessado em : 09 ago 2012.

divergentes são respeitadas e estimuladas, o que é impossível de ser admitido no *campo* militar.

Percebe-se que *habitus* e *campo* de atores militares e humanitários são distintos, havendo basicamente um único ponto comum, o princípio da humanidade, também incorporado ao universo simbólico militar, entretanto, mesmo assim, com perspectivas bem distintas. Para os atores humanitários, o princípio da humanidade é a razão de ser da sua atividade enquanto para os atores militares, aquilo que inviabiliza que a guerra se converta em barbárie. Neutralidade, Imparcialidade e Independência compreendem valores estranhos ao universo militar. A prática militar é comprometida, é partidária. Sua razão de existir é a defesa da pátria, da constituição ou do partido, mas é sempre uma posição parcial, comprometida e dependente.

Como indivíduos possuidores de *habitus* tão distintos e conflitantes interagem nas chamadas Emergências Complexas, particularmente quando as NU estão presentes conduzindo Operações de Paz? O que representa efetivamente a Coordenação Civil-Militar nessa interação? Como ocorreria uma socialização dos dois atores? Estaria se criando de um novo *campo*?

4 COORDENAÇÃO CIVIL-MILITAR: SOCIALIZAÇÃO DOS ATORES E CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO *HABITUS* ?

Os documentos que estabelecem alguns dos princípios doutrinários sobre Coordenação Civil-Militar, como o “paper”, do IASC representam linhas gerais que tem, na prática, fundamentado a elaboração de outros voltados para realidades específicas, visto que deve-se considerar que a diversidade de realidades que compreendem as Emergências Complexas exigem orientações definidas para cada caso, sendo exemplo significativo “*The Iraq Guidelines*” publicada em 20 de outubro de 2004. Constitui uma fato que outras organizações militares têm incorporado o conteúdo do documento do IASC em seus próprios documentos doutrinários, sendo expressivo que, em 2006, o módulo humanitário do Curso de Coordenação Civil-Militar para instrutores de *peacekeeping* africanos tenha sido baseado em seu conteúdo (BESSLER & SEKI, 2006, pp. 4-10). Com certa periodicidade, o *United Nation Office for Coordination of Humanitarian Affairs* (OCHA) promove cursos com o objetivo de difundir os princípios da Coordenação Civil-Militar, nos quais indivíduos provenientes de ONG, agências da NU e militares constituem grupos e interagem em estudos de caso, utilizando os princípios contidos na publicação do IASC e outros. Buscando difundir a doutrina, MILOB e MLO recebem exemplares da publicação *United Nations Civil-Military Coordination Officer Field Handbook*, elaborado pela OCHA em novembro de 2007, que contem um conjunto de orientações e procedimentos para os militares que exercerão estas funções.

Percebe-se que existe um esforço em universalizar os princípios contidos na doutrina da NU sobre Coordenação Civil-Militar. Todavia, pode-se concluir que estas ações têm sido eficazes em promover uma socialização secundária e uma decorrente mudança do *habitus* nos diferentes atores? Considerando-se que o *habitus* é construído a partir de um processo onde o exterior é interiorizado e o interior, posteriormente, é exteriorizado,

contribuindo para a reprodução das condições sociais de existência, a resposta seria afirmativa. As Missões de Paz de segunda e terceira geração das NU, como resposta às Emergências Complexas, compreenderam uma mudança radical do escopo de atuação NU, impondo inúmeras outras tarefas ao componente militar e à comunidade humanitária gerando a necessidade no meio humanitário de interagir, de forma mais intensa, com os atores militares. É natural supor que esse novo *campo* constituído os tenha afetado e continue afetando de forma profunda.

Anteriormente afirmamos que é possível identificar um *habitus* dos atores militares, na medida em que as forças militares existentes são tributárias de uma tradição originária no Ocidente, de uma concepção do profissional militar que se constituiu no século XIX. Entretanto, essas diferentes forças militares e seus membros, devido aos particulares processos históricos vivenciados por suas respectivas sociedades, produziram experiências diferentes e percepções particulares dos valores defendidos na Carta das Nações Unidas e cristalizados no Direito Internacional dos Conflitos Armados(DICA. Segundo Alexandra Grecius (2005), essa diversidade foi percebida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao estabelecer relações com as forças militares de Estados do leste europeu após o desmoronamento da ex-URSS, quando seus governos solicitaram o ingresso na OTAN. A OTAN lidou com essa diversidade aproveitando a receptividade por parte destes Estados, fruto da perspectiva de uma possível aceitação e ingresso na organização. Essa perspectiva permitiu que as forças desses Estados fossem submetidas a treinamentos que objetivavam a difusão das normas de segurança democrático-liberais. Assim agindo, a OTAN foi promotora de uma ação pedagógica que modificou os valores e as práticas das forças militares dos Estados da Europa Central e do Leste. A análise realizada por Grecius, sobre a ação socializadora implementada pela OTAN, pode ser extrapolada e nos auxiliar a entender e explicar como as NU, por intermédio das relações naturalmente desenvolvidas entre os

diversos atores no *campo* constituído pela missão, sob a égide da doutrina da Coordenação Civil-Militar, realiza uma ação pedagógica sobre estes mesmos atores e um decorrente processo de socialização secundário. Cabe, também, conjecturar se essa ação é eficaz e, o sendo, se promove mudança nos *habitus* dos diferentes atores.

De forma semelhante ao ocorrido com as forças que solicitavam ingresso na OTAN, identificamos que um processo de socialização das forças militares é promovido pelas NU, mais especificamente quanto aos valores ocidentais cristalizados no DICA e consolidados na Carta das Nações Unidas. Se observarmos os dados tornados públicos pelas NU sobre os efetivos envolvidos nas missões sob sua égide, dados de 30 de junho de 2012, constatar-se-á a participação de efetivos originários de países que ainda vivenciam ou vivenciaram recentemente a presença de Missões de Paz em seus territórios. No *Monthly Summary of Contributions*, publicado no site das NU¹⁶, verifica-se que países como o Tchad e a República Centro Africana, onde até 2010 eram palco da *United Nations Mission in the Central Africa Republic and Chad* (MINUCART), contribuem com efetivos de 66 e 25 participantes respectivamente, entre militares, policiais e outros. Verifica-se também que o Nepal, que foi palco da *United Nations Missions in Nepal* (UNMIM) estabelecida em 23 de janeiro de 2007 e encerrada em 15 de janeiro de 2012, participa atualmente com o significativo efetivo de 3.962 pessoas, sendo deste número 3.092 militares. Estas participações, aparentemente paradoxais, carregam uma mensagem e possuem um propósito que nos propomos a esclarecer. São a representação mais evidente do entendimento por parte da instituição NU do papel extremamente pedagógico de suas Missões e de que a participação nestas compreende um poderoso instrumento de difusão dos ideais humanitários contidos no DICA e em sua Carta. Os elementos submetidos ao intenso processo de socialização secundária que a Missão propicia, após se relacionarem com outras forças militares mais

¹⁶ Para maiores detalhes sobre os países contribuintes e seus efetivos, ver : http://www.un.org/en/peacekeeping/contributors/2012/june12_1.pdf

experientes no ambiente de operações das missões, com elementos civis de diversas organizações e norteados pela doutrina das NU de CIMIC, retornam aos seus países de origem e à caserna, atuando como elementos replicadores do conjunto de valores adquiridos. O mesmo ocorrendo com as forças militares oriundas de Estados que não possuem uma tradição quanto aos valores liberais democráticos, como as do chamado Terceiro Mundo, onde as instituições democráticas não se encontram consolidadas.

Acreditamos que o processo de socialização ocorrido dentro da missão é mais efetivo no caso dos militares que participam dos Estados Maiores dos componentes militares e no caso dos que atuam como MLOB e MLO, onde o contato com os diversos atores é uma necessidade cotidiana e a doutrina de CIMIC funciona como linguagem. Os indivíduos que fazem parte dos efetivos oferecidos pelos países contribuintes não são totalmente imunes à ação pedagógica e a socialização supracitadas, no entanto, inseridos dentro da tropa, protegidos pela instituição militar, por sua tendência ao fechamento e pela hierarquia e disciplina, sofrem menos seus efeitos. Nas instituições militares a comunicação se dá por intermédio da cadeia de comando. Um soldado não se reporta diretamente ao Comandante de Unidade, o faz por intermédio de seu chefe superior imediato, o qual comunica ao seu respectivo superior, e assim é procedido até que se chegue ao Comando. As decisões são tomadas no topo da cadeia de Comando e transmitidas para baixo, obedecendo ao princípio da hierarquia. Partindo destas premissas, depreende-se que o mesmo entendimento é aplicado no relacionamento com outras instituições. A comunicação se dá por intermédio do Comandante ou dos membros do seu Estado Maior. Quanto maior a complexidade e a importância do contato, a comunicação com a instituição se dará em um nível mais alto da cadeia de comando. O que se pretende afirmar é que as relações dos atores humanitários com o componente militar ocorrerão por intermédio do *Force Commander* e seu Estado Maior.

Tratando-se de uma tropa de país contribuinte atuando isolada em uma área de responsabilidade, o contato se dará com o comandante da mesma e seu Estado Maior.

O que se deve concluir é que o processo de socialização secundária se dá de formas diferentes no seio dos atores militares. MLO, MILOB, Oficiais de Estado Maior e Comandantes, ao vivenciarem experiências comuns no *campo* constituído na missão sofrem os efeitos diretos da ação pedagógica exercida pela instituição NU, são submetidos às doutrina de CIMIC e, dependendo das sociedades a que pertencem, essa experiência terá intensidade diferenciada. Todavia, o processo não ocorre da mesma forma quando nos referimos às tropas. A socialização secundária ocorrerá, mas dentro dos “muros” da instituição total, na medida em que Comandantes e Estados Maiores decidam introduzir os conceitos de CIMIC e seus valores no adestramento, nos procedimentos operacionais e outras regras, como ocorreu no caso das Forças Armadas Brasileiras. Após assumir o Comando das Forças Militares no Haiti em 2004, o Comando do Exército Brasileiro criou por meio da Portaria Nr 090, de 23 de fevereiro de 2005, o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOp Paz), com o papel de conduzir o preparo dos efetivos que constituiriam a Brigada Haiti do Terceiro Contingente. Em 2010, com a portaria nº 952-MD, o CIOp Paz teve suas atividades ampliadas, passando a ser responsável pela “(...) preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e altera a sua denominação, para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)” (Exército Brasileiro [s.d]).

As OAH, que operam no mesmo *campo* em que estão presentes os atores militares, também assimilam de forma diferenciada e intensidades distintas os princípios contidos na Doutrina de CIMIC das NU, na medida em que manifestam diferentes interpretações do conteúdo doutrinário.

As OAH compreendem três tipos principais que, devido as suas naturezas distintas, relacionam-se com as NU de forma diferente. As OHA podem ser Organizações Internacionais (OI), Organizações Não-Governamentais (ONG) e Agências Doadoras Governamentais Nacionais ou Internacionais (ARCHER 2003, 2-6). Como exemplo das OI podemos citar a Agências das NU como o Programa de Alimentação Mundial (WFP) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR), naturalmente alinhadas aos princípios defendidos pelas NU e difundidos pela OCHA, e o CICV, um exemplo bem particular, pois não foi constituído a partir de acordos Intergovernamentais como as demais OI. Contudo, como já foi observado, seus princípios e perspectivas da questão humanitária influenciou o pensamento doutrinário das NU e suas Agências e das demais OHA .

Quanto às ONG, estas se dividem nas que possuem mandato e as que não o possuem. As ONG com mandato possuem fontes de recursos próprios (patrocinadores), com os quais tem o compromisso de demonstrar como estes são utilizados. Quanto as ONG sem mandato, podem ser contratadas pelas OI e pelas ONG com mandato. Entendemos que, estas últimas, quando contratadas pelas NU para a realização de atividades relacionadas às suas expertises, sofrem influência maior da ação pedagógica promovida pelas NU.

Não se deve perder a dimensão que, ao contrário dos atores militares que ao atuarem sob a égide das NU e interagirem com outros atores são submetidos direta ou indiretamente a um conjunto de símbolos, valores e linguagem que lhes não lhes era comum, atores humanitários, atuando contratados pelas NU, cooperando com estas ou coexistindo, lidam com valores, com um universo simbólico, e fazem uso de uma linguagem que não lhes é estranha.

Apesar de reconhecermos que, ao participarem de Missões de Paz, atores militares e humanitários sofrem a ação de um processo pedagógico, que lhes submete a didática dos valores humanitários e da CIMIC, tem-se que considerar que a complexidade das missões de

terceira geração impuseram interações entre os dois atores nunca imaginado e tarefas aos atores militares impensáveis na realidade das missões de segunda e primeira geração. Mandatos mais robustos atribuídos as Forças Militares, permitiram ações militares de imposição de cessar-fogo, de proteção à comunidade humanitária e o auxílio no processo de reconstrução dos denominados “Estados falidos”, e o emprego da força para a consecução dos objetivos estabelecidos no mandato (BIGATÃO, 2007, 8).

As tarefas impostas aos atores militares e o seu emprego nestas missões se aproximam mais do emprego “comum” do poder militar: o de fazer a guerra, uma continuação da política por outros meios, segundo Clausewitz (2010). Por outro lado, acreditamos que esta grande e recente mudança impactou a percepção dos atores militares sobre os limites de sua atuação, ocorrendo uma invasão do espaço humanitário.

Fazendo uso da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH) como objeto de reflexão e exemplo neste estudo, particularmente a atuação do contingente brasileiro na missão, é evidente o comprometimento do espaço humanitário e não é difícil constatar que as ações praticadas pelos atores militares entram em choque com o que é preconizado na doutrina das NU sobre os limites da atuação dos atores militares e humanitários. É claro que não se pode generalizar e afirmar que o que ocorre com as tropas brasileiras no Haiti esteja ocorrendo com todas as demais nas diversas emergências complexas pelo mundo. Uma generalização exigiria um estudo de maior escopo, todavia, as manifestações em documentos oficiais dos atores humanitários “denunciando essa invasão” em outras realidades, conduzem ao pensamento de que a realidade constatada na MINUSTAH esteja ocorrendo em outras missões.

Mais precisamente, que ações realizadas por contingentes brasileiros tem se chocado com a doutrina das NU e como estes efetivos tem percebido e interpretado sua atuação?

Em artigo no site Comunidade Segura, reproduzido na página do Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais Brasileiro, intitulado “Um jeitinho brasileiro de fazer a paz”, constata-se claramente a invasão do espaço humanitário pelas ações desencadeadas pelos contingentes brasileiros e fica evidente a não percepção de suas ações como uma invasão, qualificando-a como algo positivo. A seleção do referido texto se deu pelo fato de ter sido reproduzido na página oficial do Corpo de Fuzileiros Navais Brasileiro, logo pressupõe-se que a instituição concorde com as ideias nele manifestas.

Como já visto, segundo o *IASC Reference Paper*, mais especificamente em sua parte 1, é fundamental, em qualquer circunstância, a clara separação entre os papéis dos militares e dos atores humanitários, sendo esta perspectiva crucial para a garantia da Independência da ação humanitária. A manutenção da distinção não significa ser impossível uma coordenação entre atores, mais sim o entendimento de que a realidade em que atuam condiciona o tipo de coordenação possível, que se apresentará como um espectro limitado em suas extremidades pela cooperação e a coexistência. A relação que as forças militares venham a estabelecer com uma OAH no *campo* da missão irá afetar todas as agências humanitárias que estejam atuando nesse mesmo terreno, na medida e que afetará a percepção dos outros atores sobre a ação humanitária em geral. De forma mais concreta, o documento exemplifica afirmando que o uso de escoltas armadas por uma única OAH afetará negativamente a percepção de neutralidade e imparcialidade das OAH que atuam na mesma área. Exatamente por isso o IASC, em outro documento intitulado “*Use of Military or Armed Escorts for Humanitarian Convoys : Discussion Paper and Non-Binding Guidelines*”, impõe severas restrições ao emprego de escoltas militares como instrumentos de garantia da segurança de comboios humanitários. A decisão de utilizar tal recurso de forma inapropriada pode ter grande custo, tornando comboios, antes não imaginados como alvos, objetivos de ações militares ou de grupos armados (IASC, 2001, 81-86).

O mesmo pensamento se estende ao emprego de recursos materiais e capacidades militares. No “*Guidelines on the Use of the Military and Civil Defence Assets to support United Nations Humanitarian Activities in Complex Emergencies*”(MCDA- *Military and Civil Defense Assets*) verifica-se muito claramente que os ativos militares devem ser solicitados como ultima alternativa, quando não houver alternativas civis comparáveis e somente quando este uso irá atender uma necessidade humanitária crítica (IASC, 2003, 40-53). Mesmo quando necessário, estes recursos devem ser utilizados por um período bem definido e limitado ao mínimo necessário. Ressalta inclusive que o uso desses ativos MCDA, sem estar conjugado com armas, em princípio é aceito como neutro e imparcial, como orienta que o emprego dos mesmos, sua duração e início devem ser determinados Coordenador Humanitário¹⁷, após uma solicitação formal (IASC, 2003, p. 43). Contudo, o mesmo documento destaca que a Assistência Direta não deve ser prestada por atores militares, particularmente em situações de Imposição da Paz e de Combate.

Para o IASC, existem três possibilidades de assistência humanitária que podem ser prestadas pelos atores humanitários, podendo também ser realizadas pelos atores militares dependendo de cada caso, mas prevalecendo um entendimento geral. As formas de assistência seriam a Direta, a Indireta e o Suporte de Infraestrutura. A Assistência Direta compreenderia a distribuição de serviços, alimentos e outros itens diretamente à comunidade necessitada. Já a Assistência Indireta compreenderia em uma participação restrita ao fornecimento de meios de transporte para bens a serem distribuídos ou provendo capacidade de deslocamento para pessoal que prestará algum tipo de socorro. Por último, o suporte de Infraestrutura representaria a assistência limitada a prestação de serviços gerais como: reparos de infraestrutura como reparo de rodovias e aeroportos, controle do tráfego aéreo civil, ações que não conferem, necessariamente, visibilidade a quem as realiza. As duas últimas podem

¹⁷ Função exercida pelo Coordenador Residente ou outro oficial das NU designado.

ser realizadas por atores militares em tempo de paz, mas mesmo a nessa circunstância, a prestação de Assistência direta por estes é condicional. Apesar do texto não manifestar diretamente as razões, não é difícil depreender os motivos para sua realização ser condicionada. A situação de paz pode se degradar e evoluir para uma situação de conflito e, nesses casos, a percepção da neutralidade e da imparcialidade poderá estar comprometida. Exatamente por isso, OAH como Médicos Sem Fronteiras (MSF) normalmente não estabelecem cooperação com atores militares quando estão no terreno. O trecho que segue foi extraído do site do e representa a visão e explica a postura adotada pelo MSF:

Comparado com outras atividades humanas, a assistência humanitária goza de uma percepção global positiva em nosso mundo contemporâneo. Por outro lado, os militares, as atividades políticas ou comerciais, podem despertar uma percepção bastante negativa. Isto pode induzir alguns interessados para associar com a assistência humanitária, a fim de melhorar a sua imagem a nível mundial e ser percebido em uma luz mais positiva pela população local. Em conflitos armados, no entanto, misturando objetivos humanitários com militares, objetivos políticos, ou comerciais, muitas vezes leva a uma indefinição de objetivos e uma confusão de papéis. Isso poderia, por sua vez, mudar a percepção e aceitação da ação humanitária pelos potenciais beneficiários e outros interessados (BOUVIER [s.d]).

Efetuada as necessárias considerações sobre a doutrina, podemos confrontá-la com o que vem ocorrendo no Haiti desde o ano de 2004, quando teve início a Missão de Estabilização sob a égide do capítulo VII. Cabe resgatar que o Haiti vivenciava uma realidade de ruptura institucional, onde o Estado havia se tornado incapaz de realizar os mais básicos serviços, como por exemplo, o recolhimento do lixo. A população, carente de assistência diversa, era vítima da violência de grupos armados que dividiam as cidades do país em zonas e que se opuseram aos esforços das forças militares para garantirem a segurança no país, tão cara as OAH que necessitavam realizar suas atividades (Centro de Informações das Nações Unidas, [s.d]).

No texto “o jeitinho brasileiro de fazer a paz”, há uma referência a uma fala atribuída ao embaixador do Brasil no Haiti, o Sr. Igor Kipman. Segundo Kipman, “Quando o Brasil enviou suas forças de paz ao Haiti em 2004, queria mostrar um novo paradigma em operações de paz, voltado para o desenvolvimento e a reconstrução do país, suas instituições e

sociedade democrática”. Levando em consideração todas as preocupações manifestas pelo IASC em seus diversos documentos, essa perspectiva não compreenderia uma violação dos princípios defendidos pelas NU e compartilhados pela diversas OAH? Não representaria uma nítida invasão do chamado espaço humanitário? A resposta emblemática ao questionamento encontra-se no trecho em que Kipman destaca que “(...) a MINUSTAH é confundida pela população haitiana com o Brasil”, se referindo à atuação de militares brasileiros.

Em outra publicação oficial, a revista “o Anfíbio” (número 24 de 2005), em dois artigos, um do CF(FN) Carlos Chagas Vianna Braga, sobre o componente militar na missão e outro sobre as experiências vivenciadas pelo Segundo Contingente, escrito com a colaboração de vários oficiais, evidencia-se que o componente militar, particularmente os efetivos brasileiros, tem realizado tarefas que não cabem aos atores militares. Alguns trechos são significativos e por isso são aqui reproduzidos *ipsis litteris*. Ao listar as atividades desenvolvidas pela Força, o Capitão-de-Fragata Carlos Chagas relaciona, entre outras, a prática da Assistência Direta por parte do Componente Militar: “(...) A Força Militar tem atuado diretamente na distribuição de ajuda humanitária, contribuindo para melhorar as condições de vida da população.” Relaciona também a atuação da Força em ações de negociação com lideranças de movimentos sociais buscando prevenir conflitos nas datas nacionais (BRAGA, 2005, 46-51), atribuições que claramente extrapolam o mandato conferido a Força e pertencente ao elemento civil. No texto capitaneado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) Oswaldo Queiroz de Castro (2005), sobre as experiências do Segundo Contingente de Fuzileiros Navais, destacamos sua referência à participação de médicos e enfermeiros que compunham as Unidades Médicas de Nível Uno em Ação Cívico-Social (ACISO) promovido pela Brigada Haiti, exatamente em um momento, ano de 2005, em que o combate contra os diversos grupos armados ainda era intenso, conduzido nosso pensamento a considerar que tal ação tinha outros objetivos além do propósito humanitário.

O próprio autor deste trabalho, quando participou do Primeiro Contingente em 2004, foi testemunha da prestação de Assistência Direta por parte da tropa brasileira, realizando distribuição de água e gêneros em suas áreas de responsabilidade. Ao realizar tais práticas, a tropa perseguia objetivos militares e não humanitários, buscando obter um impacto positivo frente à parcela da população que se manifestava contrária à presença militar e apedrejava as patrulhas.

É relevante evidenciar que o comportamento dos efetivos militares brasileiros talvez se justifique pelo fato de, em seu país, exercerem historicamente um papel de suportar o desenvolvimento, e implementarem ações, normalmente da responsabilidade de instituições civis do Estado, característica comum às forças armadas latino-americanas como nos lembra Pion-Berlin e Arcenaux (2000).

Em um discurso proferido no Fórum Humanitário de Alto Nível, no Palácio das Nações em Genebra, no dia 31 de março de 2004, o diretor de operações do CICV, Pierre Krähenbuhl, ao dissertar sobre as preocupações do CICV sobre as atuais ameaças ao trabalho humanitário, deu indicativos que a prática dos efetivos brasileiros na MINUSTAH, a que nos referimos, não é um caso isolado e tem se tornado uma constante. Ao defender a ação humanitária neutra e independente, e ressaltar a importância do princípio da imparcialidade, manifestou sua discordância em relação ao que podemos chamar de “militarização e politização do humanitarismo”: “(...) entendemos que os diferentes tipos de abordagens integradas- que combinam instrumentos políticos, militares, de reconstrução e humanitários- defendidos pela ONU, por um lado, e por vários Estados, de outro entram em conflito com este princípio, e o CICV não pode e não vai seguir essas políticas” (KRÄHENBUHL, 2004, 5).

Em outro momento de seu discurso, se referiu à invasão do espaço humanitário pelos atores militares que, com suas práticas, buscam fazer uso da Assistência Direta como

um instrumento de obtenção de resultados militares: “(...) queremos evitar a atual confusão de papéis que produz a classificação de campanhas militares do tipo “corações e mentes” ou dos esforços de reconstrução como empreendimentos humanitários” (KRÄHENBUHL, 2004, p. 6). Ao se referir as ações militares no Afeganistão, destacou sua preocupação: “(...) estamos preocupados porque eles incluem respostas humanitárias em um conceito militar e de segurança, no qual a resposta às necessidades de partes da população pode fazer parte de uma estratégia para derrotar um opositor ou um inimigo” (KRÄHENBUHL, 2004, 6).

As duas últimas falas reproduzidas acima são extremamente significativas e, no nosso entender, se aplicam bem às ações de Assistência Direta implementadas pelo Componente Militar da MINUSTAH, particularmente nos primeiros anos da missão, quando a presença e a atuação de grupos armados ainda não havia sido neutralizada pelas forças militares.

Consideramos de extrema relevância a fala do Sr. Krähenbuhl, na medida em que provém de uma OI que influenciou e influencia diretamente outras OAH, as quais incorporaram seus princípios. Assim, entendemos que o lugar de fala do Sr. Krähenbuhl é o da comunidade humanitária, de como esta tem percebido essa ampliação da atuação militar, seja sob a égide da ONU, seja atuando independentemente, mas interagindo com NU em um mesmo *campo*.

Ao contrário do que acredita o senso comum, as OAH são as primeiras a agir quando ocorre uma emergência complexa, basicamente por já se encontrarem desdobradas na região de crise prestando assistência humanitária muito antes de sua eclosão. O componente militar nas missões das NU existem para garantir que, após a eclosão de uma crise humanitária, as OAH possam continuar a realizar suas atividades com segurança.

Entendemos que é, particularmente para militares brasileiros, sedutor a ideia de que possam prestar diretamente assistência humanitária e que, com suas ações, exerçam o

papel de atores humanitários, criando um novo paradigma. Contudo, em outros cenários, a apropriação do espaço humanitário por militares e políticos, tem produzido vítimas na comunidade humanitária¹⁸. Tememos que a experiência de um possível “sucesso” no Haiti seja percebido como uma fórmula que possa ser levada para futuras atuações em outras missões. Acreditamos que a atuação militar deve ser restringida sob o risco de comprometer a neutralidade, imparcialidade e independência dos verdadeiros atores humanitários e não se deve permitir que a comunidade humanitária se torne dependente de seus ativos, o que não geraria os mecanismos necessários para uma construtiva e real solução a uma determinada crise.

Peter Walker, em seu texto “What does it means to be a professional humanitarian?”(2004) afirma que o humanitarismo se expandiu e absorveu diversos outros atores, como forças militares, companhias logísticas, empresas privadas de segurança. Todos estes novos atores clamam pelo direito de serem denominados agentes humanitários. Diante dessa constatação, Walker nos convida a refletir: Isso é humanitarismo? No mesmo texto, nos apresenta o que entende ser uma solução: se ações dos atores não forem movidas pelos princípios de independência, imparcialidade e humanidade não há como considerá-los agentes humanitários e suas ações como humanitárias. Dessa forma, não há como imaginar que um novo paradigma possa ter sido criado no Haiti pelo Brasil, ou no Afeganistão e Iraque por tropas dos EUA. Militares não realizam ações humanitárias, mas sim apoiam as ações dos verdadeiros agentes humanitários.

¹⁸ Em 2003, o CICV foi vítima de uma série de ataques que resultaram nas mortes de 5 de seus membros no Afeganistão e no Iraque. Outras OAH, como o Crescente Vermelho, ONG e agências das NU, também tiveram perdas (KRÄHENBUHL, 2004, p. 1)

5 CONCLUSÃO

Como procuramos demonstrar, durante muito tempo a distinção entre combatentes e não-combatentes, constante do DICA, atendia plenamente a realidade das operações desenvolvidas pelas NU. Entretanto, com o término da Guerra Fria e o surgimento de crises, as quais exigiram uma nova abordagem por parte NU estreitando-se o espaço de atuação de militares e OAH, houve a necessidade de se desenvolver um novo arcabouço conceitual que evidenciasse as diferenças entre os atores participantes das missões e uma doutrina que servisse de orientação quando das interações entre estes. A realização de outras tarefas, bem diferentes de ações de observação, patrulha de zonas de exclusão, realizadas pelos componentes militares durante as missões de primeira geração, também evidenciaram as diferenças de preparo das forças de diferentes realidades na nova realidade que se apresentava.

Os conceitos de atores militares e humanitários, assistência humanitária e a doutrina de CIMIC, consolidados na “Oslo Guidelines” e pelo IASC em seus diversos documentos, atenderam essa necessidade. Estes documentos, produzidos com a participação e a concordância de várias OAH, tem como essência distinguir os atores que participam nas repostas aos desastres naturais ou as emergências complexas, sob a égide da ONU ou não. Ao estabelecer essa distinção, define suas atuações e estabelece orientações quanto ao limite destas. Na leitura dos documentos evidencia-se a preocupação em deixar claro que a resposta da ONU tem um cunho humanitário, logo, é orientada por princípios da neutralidade, imparcialidade, independência e humanidade e que a participação militar, apesar da grande visibilidade que a faz confundir com o todo da missão, não é o mais importante e que não deve perder o foco de estar subordinada ao controle e responsabilidade de organizações humanitárias.

Buscando um melhor entendimento dos atores militares e humanitários e uma recorremos ao pensamento do sociólogo Bordieu e suas categorias *habitus e campo*. Verificamos que atores humanitários e militares são possuidores de *habitus* bem distintos, os quais são construídos ao longo da vida por intermédio de um processo definido como socialização, fruto de uma ação pedagógica que, no caso dos militares, possui um forte ação sob o corpo . Discutimos como é específico o processo de construção do *habitus* militar, conduzindo a uma alternância. Os conceitos de *habitus e campo* permitiram caracterizar como os dois atores se relacionam com a suas realidades, concluindo que muito pouco os liga. Apenas o valor humanidade, presente no universo simbólico dos dois atores pôde ser identificado como comum, contudo, com abrangências bem distintas.

Procuramos deixar claro que o campo estabelecido quando das respostas às emergências complexas é uma realidade estranha ao *habitus* militar, pois contribuir para a promoção da paz é uma ideia estranha a uma instituição criada para fazer a guerra, e também percebemos que não é natural aos atores humanitários, que ao longo da história sempre estiveram no terreno prestando assistência aos necessitados e evitando interações com as forças militares, mas agora, particularmente na realidade das missões de terceira geração, são confrontados com a necessidade de interagir com os militares.

Identificamos que a participação nas missões tem funcionado como ação pedagógica por parte das NU, o que explicaria a participação de contingente oriundos de país que viveram ou vivenciam ainda emergências complexas. Entendendo-se que em seus países de origem os militares possuem grande participação nos conflitos que ocasionaram as crises, a participação em missões, como visto, educa com a prática, difunde valores com a convivência com atores humanitários e outras tropas mais experientes, de forma análoga ao que ocorreu com as forças dos países europeus que solicitaram a inclusão na OTAN após o fim da URSS. No entanto, em função da instituição militar se tratar de uma instituição fechada, a relação dos

seus membros com o *campo* externo ao da instituição, logo, à ação pedagógica das NU, ocorreria de forma controlada, indireta, por meio de seus próprios membros que podem construir uma interpretação muito própria dos valores humanitários e da doutrina de CIMIC das NU.

Talvez pela forma como ocorra a ação pedagógica, somada ao fato do surgimento da realidade das missões de terceira geração, forças militares tenham extrapolado seus campos de atuação, invadindo o espaço humanitário, concorrendo para o comprometimento da percepção de neutralidade por parte das sociedades assistidas pelas OAH. Com sinceridade em seus propósitos, ou não, ao discutirmos a participação das forças brasileiras na MINUSTAH, analisando discursos com lugar de fala institucionais, estes deixaram transparecer a ideia da crença que atores militares possam superar as diferenças que os distinguem dos atores humanitários e também se converterem em agentes humanitários. A comunidade humanitária, por sua vez, recebe com bastante preocupação tal atitude que tem se generalizado, como se pôde constatar no discurso proferido pelo Sr. KRÄHENBUHL, Diretor de Operações do CICV. Forças da OTAN e dos EUA tem invadido o espaço humanitário com frequência defendendo que suas atuações são humanitárias.

Entendemos que a atuação das forças brasileiras não se distingue das atuações militares de forças independentes das NU. A ação militar nas missões de terceira geração, bem mais próximas do emprego natural das forças militares, é movida por objetivos políticos e militares. Essa ação não consegue ser compatível com os princípios de neutralidade, imparcialidade e independência por mais que os atores militares julguem que isso seja possível. Nesse sentido, particularmente na realidade das missões de terceira geração, os limites de atuação dos atores tem se degradado, e essa degradação tem trazido consequências para a comunidade humanitária. Cabe destacar que não podemos falar na criação de um *habitus* novo, principalmente por parte de atores militares. Como nos chama a razão

Clausewitz, as ações militares são continuação da política por outros meios, e as ações propriamente militares nas missões de paz não são diferentes, atendem interesses políticos. Quando se travestem de humanitárias são motivadas por razões militares e políticas, tem como meta a tarefa militar, o efeito desejado da missão e não o alívio do sofrimento de outro.

Dessa forma, consideramos que a resposta de nosso trabalho é negativa, apesar de um relativo sucesso da socialização realizada no ambiente das missões de paz, ela não é capaz de realizar uma socialização secundária dos atores militares. Quanto ao *campo* constituído por essas missões, ele é realmente novo, recente, e apenas o futuro dirá como os dois atores se posicionarão diante do mesmo, particularmente os militares ao definirem suas doutrinas de CIMIC.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. S. Pierre Bordieu: A transformação social no contexto de a "Reprodução". Inter-Ação - Rev. Fac. Educ. UFG, jan/jun de 2005: 141-143.

ANNAN, Koffi A. Prevenção dos Conflitos Armados - Relatório do Secretário Geral. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2002.

ARCHER, Sarah E. Civil and Military Cooperation in Complex Humanitarian Operations. Military Review, March-April, 2003.

BERGER, P., e T LUCKMAN. A construção da Realidade. Petrópolis: Vozes, 1996.

BESSLER, Manuel, e Kaoruko SEKI. Civil-Military Relations in Armed Conflicts: A Humanitarian Perspective. Liaison- A Journal of Civil-Military Humanitarian Relief Collaboration, 2006.

BIGATÃO, Juliana de Paula. As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas no pós-Guerra Fria: o caso dos conflitos armados intra-estatais." I Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. 2007.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de Bordieu. Petrópolis: Vozes, 2003.

BORBA, Francisco S. (Org.). Dicionário UNESP do Português Contemporâneo. São Paulo: UNESP, 2004.

BORDIEU, Pierre. Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOUVIER, Paul. Perception of Humanitarian Medicine by Military and Political Stakeholders. Doctors Without Border. [s.d]. <<http://www.doctorswithoutborders.org/publications/book/perceptions/?id=5956&cat=perceptions>> Acesso em 20 de agosto de 2012).

BRAGA, Carlos Chagas Vianna. Missão das Nações Unidas para a estabilização do Haiti e seu Componente Militar. O Anfíbio, 2005.

CASTRO, OSWALDO QUEIROZ *et al.* Experiências do Segundo Contingente do GptOpFN - Haiti. O Anfíbio, 2005.

CAVALCANTI, Carlos Alberto Morais. O Direito Internacional Humanitário e as Operações de Paz: As Interações entre os Militares e as Organizações de Assistência Humanitária. E-GOV : Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento da UFSC. [s.d]. <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32427-39173-1-PB.pdf>> Acesso em 13 de agosto de 2012).

Centro de Informações das Nações Unidas. “Perspectivas da Situação no Haiti - Resenha - Integração Regional. UNICRIO. [s.d]. <<http://unicrio.org.br/haiti/historico/>> Acesso em 20 de agosto de 2012).

CLAUSEWITZ, Karl Von. Da Guerra. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2010.

Comissão Européia - Ajuda humanitária. O Consenso Europeu em Matéria de Ajuda Humanitária: O desafio humanitário. <http://ec.europa.eu/echo>. [s.d]. <http://ec.europa.eu/echo/files/media/publications/consensus_pt.pdf> Acesso em 16 de julho de 2012.

EHRENREICH, Barbara. Ritos de Sangue: um estudo sobre as origens da guerra. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Executive Office of the Secretary-General. Summary of the EOSG Colloquia on Civil-Military Cooperation in Internacional peace Operations. Summary, 2004.

Exército Brasileiro. Exército em ação : Missões de Paz. [s.d]. <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/ccopab>> Acesso em 13 de agosto de 2012).

GOFFMAN, Erving. Manicômio, prisões e conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GUECIU, Alexandra. Security Institutions as Agents of Socialization? NATO and the "New Europe". Cambridge Journals Online. 2005. <<http://dx.doi.org/10.1017/S0020818305050332>> Acesso em 03 de junho de 2012).

IASC. Guidelines on the Use of the Military and Civil Defence Assets to support United Nations Humanitarian Activies in Complex Emergencies. New York: OCHA, 2003.

—. the Use of Armed Escorts for Humanitarian Convoys : Discussion Paper an Non-biding Gidelines. New York: OCHA, 2001.

—. Civil-Military Relationship in Complex Emergencies : An IASC Reference Paper. De United Nation Office for Coordination of Humanitarian Affairs. New York: United Nation, 2004.

KRÄHENBUHL, Pierre. Segurança humanitária : uma questão de acitação, percepção, comportamento. ICRC. 2004. <<http://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/7kugpn.html>> Acesso em 02 de julho de 2012).

LA MAISONNEUVE, e. DE. Metamorfosis de la violencia. Ensayos sobre la guerra moderna. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1998.

MARTINS, C.B. Estrutura e ator: a teoria prática em Bordieu.Educação e Sociedade. [s.l]: 1987.

MARX, Karl. Manuscritos económico e filosóficos de 1844. 1a . Buenos Aires: Colihue, 2006.

Organização das Nações Unidas. ONU e a paz. 2012. <<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-paz/>> Acesso em 19 de julho de 2012.

PION-BERLIN, David, e Craig ARCENAU. Decision-Makers or Decision-Takers? Military Missions and civilian Control in democratic South America. *Armed Forces and Society*. [s.l] 2000.

ROSA, Alexandre Reis, e Mozart José de BRITO. “"Corpo e Alma" nas Organizações: um Estudo sobre a Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. *Revista de Administração Contemporânea* v. 14, n.2 mar/abr. 2010).

WALKER, Peter. What does it mean to be a professional humanitarian? *The journal of humanitarian assistance*. 2004. <<http://www.jha.ac/articles/a127.html>> Acesso em 19 de janeiro de 2004.